

D. João no Rio de Janeiro

Alberto da Costa e Silva

D. João chegou a Salvador em 22 de janeiro de 1808. Seis dias depois, instigado por José da Silva Lisboa, decretava a abertura dos portos brasileiros a todas as nações amigas. Logo em seguida, criou a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia. Com o primeiro ato, desmanchava-se o monopólio colonial. Doravante, o Brasil poderia comerciar com qualquer país e não apenas obrigatoriamente com a metrópole ou com a intermediação portuguesa. Com o segundo, criava-se a primeira instituição de ensino superior em território brasileiro, pois, ao contrário do que sucedia na América espanhola, onde, desde o século XVI, havia universidades, os jovens que viviam no Brasil tinham de formar-se em Coimbra ou em outros centros europeus de saber. As duas decisões representavam a ruptura da estrita dependência em que Lisboa mantinha os seus domínios americanos e prenunciavam as grandes reformas que D. João faria na vida brasileira.

Ao trasladar-se com a Família Real para o Rio de Janeiro, onde desembarcou em 8 de março de 1808, o Príncipe Regente mudava a capital do reino (ou, melhor, do império) de Portugal para o Brasil. Não chegava ele ao Rio como foragido ou exilado, mas como soberano em solo seu. E, entre os seus súditos, resguardaria a dinastia das humilhações a que Napoleão submeteu tantas outras, manteria o princípio da integridade do território de Portugal, que o imperador dos franceses queria dividir, e conservaria as suas dependências e enclaves na África e na Ásia, os quais, houvesse ele sido aprisionado em Lisboa, teriam passado, juntamente com o Brasil, para o controle britânico. A partir das suas terras americanas, D. João faria a guerra à França. E de que tinha isso em mente, há um claro sinal: não demorou em ordenar a invasão da Guiana Francesa e a ocupação de Caiena.

O Rio de Janeiro recebeu em festa D. João e sua Corte. Com vivas, foguetes, colchas nas janelas das casas, *Te Deum* na catedral e, sobretudo, muita gente nas ruas, gente cuja aparência deve ter espantado os que desciam dos navios. Pois havia de tudo: desde oficiais militares em garbosos uniformes até carregadores africanos com apenas um pedaço de pano a cobrir as virilhas. O número de negros e negras, de roupas esvoaçantes e coloridas e, muitos deles, com escarificações nos rostos, parecia, aliás, superior ao dos brancos e dava a quem chegava à cidade – pequena, acanhada, de ruas estreitas, sujas e

em desalinho – a impressão de que desembarcara na África. Os nobres e seus fâmulos olhavam para os lados entre curiosos e inquietos, enquanto a gente da terra se comportava com igual estranheza diante dos recém-chegados, que fediam por falta de banho e entre os quais não eram poucas as mulheres que mal ocultavam com turbantes as cabeças raspadas durante a viagem, para combater os piolhos. Sobrepunha-se a tudo, porém, no povaréu que assistia ao desembarque, a admiração por aqueles grandes que acompanhavam a Rainha e o Príncipe seu filho.

Atrás da alegria não se escondiam as preocupações com a chegada de tanta gente, entre 3.500 e 4.500 pessoas, que foram desembarcando ao longo de dois meses, sem contar os tripulantes dos navios, que somariam mais de 7.500 indivíduos e a necessidade de abrigá-la. D. João ficou com D. Carlota e os filhos no Paço do Vice-Rei; a Rainha demente, no Convento do Carmo, do outro lado da rua Direita. Mais tarde, teriam melhores acomodações, o Príncipe Regente numa espaçosa casa de campo nos arredores da cidade, a Quinta da Boa Vista, que lhe foi oferecida por um grande homem de negócios, vinculado ao comércio de escravos. Não foi este o único a se mostrar ou pretender generoso. Muitos se apressaram em ceder sua casa, ou parte dela, aos recém-vindos. Outros foram obrigados a aposentá-los: um funcionário da Coroa punha na porta de suas moradas as letras PR, para indicar que estavam por ela requisitadas. E o povo via nas iniciais, em vez de Príncipe Real, “Ponha-se na rua”.

A gente de dinheiro que, forçada ou por dever de hospitalidade, ostentação ou bajulice, saiu de suas residências, não demorou em construir outras, e melhores, mais amplas e arejadas. A cidade foi-se expandindo e assistiu à multiplicação das edificações de prestígio. As casas, dantes quase vazias, mobiliavam-se, e começaram a exibir poltronas e sofás, elaborados leitos com dossel, lustres e candelabros, relógios de parede, espelhos, cortinados e objetos de porcelana – os da terra a imitarem os sinais de *status* e prestígio dos nobres de Lisboa. O Rio de Janeiro europeizava-se, embora nele preponderasse, e ainda por bastante tempo, a aparência de cidade asiática e africana. Tudo nele se mudava – às vezes, rapidamente –, a seguir os modelos lisboetas: o jeito de trajar, os hábitos alimentares, o convívio social, a educação das crianças. Atrás da Corte e com a abertura dos portos, instalaram-se na cidade modistas e chapeleiros franceses, bem como numerosas lojas, sobretudo inglesas, com tudo o que se considerava de bom gosto.

Embora sem abandonar os lundus e as modinhas, os que queriam partilhar, ainda que marginalmente, da vida da Corte passaram a ouvir música sacra, na companhia do Príncipe Regente, na Capela Real. Ali regiam, de início, o Padre

José Maurício Nunes Garcia e, depois, também Marcos Portugal e Sigismund Neukomm. D. João, que era um grande melômano, transferira a Sé da Igreja do Rosário para a Igreja de Nossa Senhora do Monte Carmelo, vizinha do Paço, e nela instalara a Capela Real, onde passava horas de felicidade, a fruir um dos momentos mais ricos – e que a ele se deve – da história da música no Brasil. Esse amor à música e às artes cênicas o moveu a trazer para o Brasil um bom número de músicos e cantores europeus, sobretudo italianos, e a construir o primeiro teatro que houve em terras brasileiras, o São João, uma bela e ampla casa de espetáculos, na qual se montavam as óperas de êxito na Europa.

Para onde quer que atualmente se olhe, é difícil que não se veja um gesto fundador de D. João. Ele teve, ajudado por conselheiros entre os quais avulta Rodrigo de Sousa Coutinho, de refazer no Brasil o Estado português, de recriar as estruturas que deixara do outro lado do oceano e de inventar novas. Desfez a proibição de que houvesse prelos no Brasil, e estabeleceu a Impressão Régia, que, além de imprimir documentos oficiais e o primeiro jornal que teve o país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, se transformou numa grande casa editora, com um catálogo (com autores como Voltaire e Bernardin de Saint-Pierre) que não fica atrás das que vieram depois. E criou – a enumeração não é completa – o Conselho de Estado, o Conselho da Fazenda, o Conselho Supremo Militar e de Justiça, o Arquivo Militar, o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Intendência Geral da Polícia, a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, o Arsenal de Marinha, a Fábrica de Pólvora, o Banco do Brasil, uma escola médica no Hospital Militar do Rio e, posteriormente, a Escola Cirúrgica no Hospital da Misericórdia, a Academia dos Guardas-Marinhas, a Academia Militar, uma escola de comércio, a Biblioteca Real, o Museu Nacional, a Escola de Ciências, Artes e Ofícios, trazendo para isso um grupo de artistas franceses (entre os quais se destacaram Nicolas Antoine Taunay, Jean-Baptiste Debret e Grandjean de Montigny) e um jardim botânico, com o fim precípuo de aclimatar especiarias do Oriente e outras plantas de alto valor. Durante sua estada, o país tornou-se um outro e progrediu num ritmo que nunca dantes conhecera.

Em 16 de dezembro de 1815, D. João igualou num Reino Unido o Brasil a Portugal. E, em 6 de fevereiro de 1818, quase dois anos depois da morte de D. Maria I, fez-se aclamar rei no Rio de Janeiro. É de crer-se que não tivesse a intenção de retornar a Lisboa e desejasse transformar o Rio, de provisória, na capital permanente do Reino. Gostava de viver na cidade – ao abrigo das intrigas políticas européias – e de seu clima quente, e da paisagem exuberante, e da ausência de pompa, e da camaradagem com os seus súditos americanos. Estes lhe queriam bem, estimavam o rei simples, afável, bonacheirão. Tinham pena de seus achaques e lhe desculpavam carinhosamente os defeitos: a feiú-

ra, o desmazelo, a glotonaria, as hesitações, o gosto por contemporizar e adiar decisões. Não foi à toa que Oliveira Lima começou a sua obra clássica com estas palavras: “Dom João VI foi sem dúvida alguma no Brasil, e ainda é, um rei popular. Da dinastia nacional continua ele a ser o favorito”. Os brasileiros lhe perdoam até o ter regressado a Portugal e compreendem as razões de sua volta.

A revolução liberal de 1820 e as Cortes que dela surgiram exigiam que o rei, e com ele o poder, retornasse a Lisboa. D. João postergou o quanto pôde o que parecia inevitável: hesitou entre regressar ele próprio ou mandar em seu lugar o Príncipe D. Pedro. Acabou por embarcar, tristonho, na noite de 24 de abril de 1821, na nau que saíria, dois dias depois, para Portugal, acompanhado por cerca de quatro mil pessoas. Deixava no Brasil não só seu filho Pedro, mas um país muito melhor do que aquele a que chegara 13 anos antes e com a estrutura montada de um Estado, pronto para se tornar independente.

Duzentos anos depois, os brasileiros celebram a chegada de D. João e da Família Real como o início do processo de emancipação política. Em 1808 reconhece-se, ademais, um acontecimento histórico invulgar, um gesto de alta política sem antecedente conhecido: o da transferência do centro de decisões de um Império, ou seja, de sua capital, da metrópole para uma colônia distante.

RESUMO

O artigo descreve o Rio de Janeiro que a Corte portuguesa encontrou ao chegar ao Brasil, em 1808, as mudanças ocasionadas pela trasladação da Família Real e aquelas implementadas por D. João, e o regresso do rei a Portugal, em 1821.

Palavras-chave: **1808; trasladação da capital do Império português; D. João IV.**

ABSTRACT

The article describes the city found by the Portuguese Court when arriving in Rio de Janeiro in 1808 and the changes caused by the transfer of the royal family from Portugal to Brazil, as well as those implemented by Dom João and his return to Lisbon in 1821.